

OAB News

*Advogados já contam
com salas próprias na
PEL II e Casa de Custódia*
páginas 20 e 21



*Comissão de Direito
das Famílias e Sucessões
discute mudanças na
guarda compartilhada*
página 7

*OAB-Rural discute
temas importantes
na Expô 2024*
página 17

*Subseção cria
Diretoria Jovem,
com foco nos
advogados iniciantes*
página 11

PRESIDENTE

Nelson Sahyun Junior

VICE-PRESIDENTE

Sania Stefani

SECRETÁRIO-GERAL

José Carlos Mancini Junior

SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA

Caroline Thon

DIRETOR TESOUREIRO

Diogo Brochard Menoncin

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

Geovanei Leal Bandeira

CONSELHO FEDERAL

Artur Piancastelli

CONSELHO ESTADUAL

Eliton Araujo Carneiro

José Carlos Vieira

Leidiane Cintya Azeredo

Maria Lucilda Santos

Mario Sérgio Dias Xavier

Solange Rodrigues de Souza

Vânia Regina Silveira Queiroz

CAIXA DE ASSISTÊNCIA

Edmeire Aoki Sugeta - Diretora

Fabiano Nakamoto - Delegado

CONSELHO DA SUBSEÇÃO

Amanda Cristina G. Benvenuto

Andressa C. I. Machado

Arthur Lustosa Strozzi

Bruno Augusto Sampaio Fuga

Carlos Renato Cunha

Elizangela Abigail Socio Ribeiro

Fábio William Maciel

Fellipe Stabelini Anabuki

Francisco Luís Hipólito Galli

Graziella Yumi Ogaki Adão

Ivan Martins Tristão

Jair Vicente da Silva Junior

Janaíne Ventura

Jaqueline Alves Amendola Heinzl

Jaqueline Corazza Montero

Jéssica Leonilda Veiga

Juliana Ramos Fernandes Braga

Kaio Pitsilos

Márcia Mileski

Marco Henrique Damiao Beffa

Marcos Massashi Horita

Milena Barros Breda Nobre

Monica A. I. Thomaz de Aquino

Natalia Regina Karolensky

Rafael Flavio de Moraes

Rafael Garcia Campos

Raphaella de Angola Viel Amorim

Regina Aparecida Simões Cabral

Renata C. de Oliveira Alencar Silva

Rodolfo Xavier Ciciliato

Silvana Camila Castilho Felix

Tamires Luane Meli Queiróz

Valdeci Eleuterio

Expediente

CONSELHO EDITORIAL: Caroline Thon, José Carlos Mancini Junior e Sania Stefani | **REDAÇÃO E EDIÇÃO:** Máxima Comunicação | **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Benê Bianchi (MTb 2621) - (43) 3339-7199 | **FOTOGRAFIA:** Jonas Pereira | **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:** Forti Propaganda | OAB LONDRINA-PR: R. Parigot de Souza, 311 - CEP. 86010-904 - Londrina/PR - (43) 3294-5900 | londrina@oabpr.org.br | **ENVIO:** 8.747 Advogados inscritos na OAB Londrina via e-mail. Distribuição dirigida e gratuita.

O mês de abril mal começou e já terminou. A sensação de que o tempo passa rapidamente aumenta ainda mais ao ter tantas atividades na agenda, como as que ocorrem na OAB-Londrina.

Foram muitos momentos importantes, mas a diretoria gostaria de destacar a inauguração das Salas dos Advogados na PEL II e na Casa de Custódia, ambientes que, certamente, trarão mais conforto ao árduo trabalho dos advogados criminais que, antes, precisavam aguardar do lado de fora das unidades para falar com seus clientes. Ter um espaço adequado era uma reivindicação da classe.

A diretoria reafirma o compromisso da Subseção em atender às demandas da classe e em buscar constantemente melhorias para o exercício da advocacia na região. A entrega das duas Salas dos Advogados é mais um passo nessa jornada contínua de aprimoramento e valorização da advocacia local.

Queremos também parabenizar o Núcleo Jovem, que conseguiu arrecadar 680 caixas de bis e, com isso, levou mais alegria e conforto a tantas crianças assistidas por entidades sociais.

Dentro de casa, foram muitos os eventos realizados. E fora, um

chamou a atenção pela adesão de advogados e profissionais que atuam na área do agronegócio: o OAB-Rural, realizado no Parque de Exposições Ney Braga, dentro da programação da ExpoLondrina, evento que teve a participação de cerca de 180 profissionais, entre advogados, produtores rurais, estudantes, engenheiros agrônomos, etc.

São movimentos como esses que fortalecem ainda mais a profissão e a entidade. Parabéns a todos.

Boa leitura.

A diretoria



LONDRINA

As matérias assinadas são de inteira responsabilidade de seus subscritores.

As Perspectivas e Mudanças para as Eleições Municipais de 2024

Em 2024, 5.568 municípios brasileiros elegerão seus prefeitos(as) e vereadores(as) para os próximos quatro anos. À medida que nos aproximamos das eleições o cenário jurídico-político esquenta e se torna cada vez mais dinâmico e cheio de expectativas.

A cada pleito o cenário social é distinto, de modo que a abrangência e preocupações do processo eleitoral também precisam acompanhar o dinamismo dessas mudanças.

À vista disso, após intenso debate e análise de proposições apresentadas por diversas organizações e setores da sociedade civil, no dia 27 de fevereiro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou as 12 resoluções que regerão as Eleições Municipais 2024, cujo primeiro turno acontecerá em 6 de outubro. Os textos visam regulamentar – e dar efetividade conforme à realidade atual – o que já encontra-se previsto na Constituição e na legislação de regência.

Desde 2016 a internet vem substituindo as praças públicas nas campanhas eleitorais, com avanços tecnológicos acelerados e capazes de trazer ganhos ou imensos prejuízos às campanhas. Se em 2018 e 2022 a preocupação era com as famigeradas fake news, há consenso no ambiente jurídico, político e social que um dos temas de maior destaque e inovação para as Eleições 2024 é

o uso da inteligência artificial nas campanhas eleitorais, notadamente aqueles conteúdos gerados ou significativamente modificados por tecnologia digital.

Sobre o assunto, a Justiça Eleitoral regulamentou e restringiu, na Resolução n. 23.732/2024, que todo o conteúdo de propaganda eleitoral no qual se faça uso da inteligência artificial deve constar tal informação de modo explícito, sob pena de remoção imediata do conteúdo ou indisponibilidade do canal no qual foi veiculada, além de poder configurar ilícito eleitoral.

Contudo, a legislação vedou qualquer simulação de interlocução com o candidato ou sua campanha através de chatbots, avatares ou conteúdos sintéticos, além de proibir toda a espécie das chamadas deepfakes, que são conteúdos em áudio e/ou vídeo manipulados digitalmente para criar, substituir ou alterar imagem ou voz de pessoa.

Ante a gravidade das consequências e da possível dificuldade que será enfrentada por todos os players na disputa, incluindo-se a Justiça Eleitoral, foi atribuída maior responsabilidade de fiscalização e controle às big techs provedores de aplicação de internet, que deverão adotar medidas para impedir ou diminuir a circulação de fatos notoriamente inverídicos ou descontextualizados que possam afetar a

integridade do processo eleitoral.

Além disso, as normas tratam ainda sobre os atos gerais do pleito, calendário eleitoral, registro de candidaturas, gestão dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) – cujos critérios de distribuição intrapartidário agora deverão ser publicados nos sítios eletrônicos das agremiações a fim de dar maior transparência – aprimoram as regras sobre propaganda eleitoral e criam resolução própria para tratar dos ilícitos eleitorais.

A fim de alcançar robustez nas ações afirmativas que a Justiça Eleitoral já vinha promovendo através de sua jurisprudência para garantir maior participação da mulher na política brasileira, a resolução que trata dos ilícitos eleitorais passou a prever, de forma expressa, os critérios de avaliação para configuração da fraude à cota de gênero e suas consequências.

A Resolução n. 23.735/2024 consolidou o entendimento que já era adotado pelo Tribunal Superior Eleitoral de que votação zerada ou irrisória das candidatas, prestação de contas sem movimentação financeira e ausência de atos efetivos de campanha evidenciam a fraude, sem que haja necessidade de comprovação de dolo, ocasionando a cassação do diploma de todos os eleitos na chapa e anulação dos votos nominais e da legenda.



Importante apontar que apenas em 2023, em razão da fraude à cota de gênero, o TSE cassou mais de 60 chapas eleitorais.

Por fim, outra mudança substancial para o pleito deste ano que vale a pena mencionar trata sobre os critérios de distribuição das vagas na terceira fase das sobras eleitorais, visto que foi superada a necessidade de atingimento de 80% do quociente partidário nesta fase, de modo a permitir a participação de todos os partidos na distribuição das sobras eleitorais – o que, certamente, ampliará a representatividade partidária no sistema de eleição proporcional.

Apesar de tantas mudanças que possam, a princípio assustar ou causar estranhamento, certo é que a cada eleição a Justiça Eleitoral tem como arrimo o processo contínuo de fortalecimento da democracia, e as eleições municipais são a maior oportunidade para se promover a renovação e representatividade democrática e a participação de todos os setores da sociedade na política.

**Por Bruna de Farias
Ferreira Leite,
presidente da comissão
de Direito Eleitoral
da OAB-Londrina**



OAB em movimento

OAB nas Escolas

A Comissão de Direito Constitucional da OAB Londrina visitou o Colégio Estadual Professor Vicente Rijo no dia 27 de março para levar conhecimento sobre a Constituição Federal aos alunos do 3.º ano do ensino médio. A agenda fez parte do projeto OAB nas Escolas. Na ocasião, foram sorteados exemplares entre os alunos e também deixadas algumas edições da Constituição na biblioteca do colégio.



Contratos de locações atípicas

O advogado membro da comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico da OAB-Londrina e com especialização em Direito Processual Civil, Ricardo Ferreira Paollielo Azevedo, compartilhou seus conhecimentos em palestra, dia 28 de março. Ele falou sobre Discussão de Cláusulas e Extensão da Atipicidade nos Contratos de Locações Atípicas, em palestra organizada pela comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico.

Vieses cognitivos e discriminação

O mestre em Direito pela Northwestern University Bernardo Fico foi o convidado das comissões de Inteligência Artificial e de Direitos Humanos para a palestra,

Publicidade na advocacia

Publicidade na Advocacia foi discutida, no dia 9 de abril, por três convidados do Núcleo Jovem para jogar mais luz sobre tema tão importante e que gera tantas dúvidas: a conselheira e secretária da comissão de fiscalização, Silvana Castilho; o presidente da comissão de Fiscalização do Exercício Profissional, Taigoara Finardi Martins; e o procurador de Prerrogativas e Fiscalização da OAB-Londrina, Luis Guilherme Cassarotti.

dia 11 de abril, sobre os “Vieses Cognitivos e Discriminação: Perspectivas na Inteligência Artificial”.

Família e Sucessões

Evento discutiu recente alteração na regra da guarda compartilhada

No dia 11 de abril, centenas de profissionais que atuam na área de família se reuniram na sede da OAB-Londrina para ouvir de três especialistas suas considerações sobre Guarda Compartilhada e a Recente Alteração Promovida pela Lei 14.713/2023 – Aplicação Prática. Participaram como palestrantes Fernando Salzer, advogado especialista em direito de família pela FMP/RS, capacitado em alienação parental pela PUC/RJ, Procurador do Estado de Minas Gerais; Glicia Brazil, psicóloga do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, vice-presidente da Comissão de Infância e Juventude do IBDFAM, integrante do Fórum de

Direito de Família da EMERJ e coordenadora de cursos de extensão na PUC/RJ; e Renata Nepomuceno e Cysne, advogada especializada em Direito de Família e Sucessões, coordenadora do Grupo de Trabalho e Estudos sobre Alienação Parental do IBDFAM, e conselheira no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. O evento foi organizado pela comissão de Direito das Famílias e Sucessões da OAB-Londrina e pelo IBDFAM. A presidente da comissão, Juliana Braga, explica que o Código Civil Brasileiro prevê como regra a guarda compartilhada, mas a nova lei trouxe como alteração a



possibilidade de o juiz, em constatando violência doméstica, determinar a guarda unilateral. Ela esclarece que um novo parágrafo foi inserido, em que determina que nas ações de guarda, antes de iniciada a audiência de mediação e conciliação de que trata o art. 695 do Código, o juiz indagará às partes e ao Ministério Público se há risco de violência doméstica ou familiar, fixando o prazo de cinco dias para a apresentação de prova ou de indícios pertinentes. “O evento foi maravilhoso, conseguiu fazer uma interação entre estudantes, juizes, promotores, advogados e psicólogas. As palestras se complementaram e conseguiram abordar o tema da guarda compartilhada em suas mais diversas versões. Um evento como este traz conhecimento a todos e nos faz retomar nosso dia a dia de trabalho com mais energia e esperança”, avalia.



Sania Stefani,
Nelson Sayun Junior,
Renata Nepumuceno e Cysne,
Glicia Brazil e Juliana Braga

Perspectivas para eleições 2024

No dia 18 de abril, o assunto em alta na Subseção foram as Perspectivas para as eleições 2024 sob o enfoque da Justiça Eleitoral. Tema foi abordado pela juíza da 146ª Zona Eleitoral, Cláudia Catafesta, e pela desembargadora substituta do TJ-PR e presidente do Núcleo de Diversidade e Inclusão da Justiça Eleitoral do Paraná, Flávia da Costa Viana. A palestra foi organizada pela comissão de Direito Político e Eleitoral da Subseção.

Processo Penal

A advogada criminalista Ana Beatriz da Luz abordou o tema Medidas Cautelares Reais no Processo Penal, no dia 26 de abril, a convite da comissão de Advocacia Criminal da OAB-Londrina.



Testamento Vital

O advogado e médico Alberto Toshio Oba ministrou palestra sobre Testamento vital – diretivas antecipadas de vontade, no dia 19 de abril, na sede da Subseção, a convite da comissão de Direito da Pessoa Idosa da casa.

Confraternização Almoço dos Advogados

Mais uma edição de sucesso do Almoço dos Advogados. No mês de abril, o esperado encontro foi no dia 26, na Churrascaria Limozini e, claro, com todas as reverências aos aniversariantes do mês, que sempre são presenteados com o almoço, com direito a bolo de sobremesa.



Mais alegria na Páscoa

A campanha da Páscoa 2024 da OAB-Londrina, realizada por meio do Núcleo Jovem, levou mais alegria a cerca de 680 crianças, que receberam caixas de bis. As doações foram entregues à Casa Acolhedora (90), CEI Ana Proveller (79), MEPROVI (80), Projeto São

Locação e compra de imóveis

No dia 25 de abril, a advogada Jaqueline Hara, membro da comissão de Direito Tributário da Subseção, ministrou palestra sobre Aspectos Tributários na Locação e Compra de Imóveis: O que você precisa saber. O convite foi da própria comissão de Direito Tributário e da comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico.

Bento (100), Projeto Sopão Solidário (200) e CEI Antonio Augusto Faria (130).

A OAB-Londrina agradece a todos que puderam contribuir e enaltece a solidariedade de toda a classe.

Curso Direito Sistemico

Nos dias 16 e 17 de maio, o juiz de Direito Sami Storchi, pioneiro na aplicação da constelação familiar no Sistema Judiciário e autor da expressão Direito Sistemico, irá ministrar curso em Londrina sobre Direito Sistemico a serviço da boa solução dos conflitos do direito. A organização é das comissões de Mediação e Arbitragem e da de Direito Sistemico. O curso irá ocorrer na sede da OAB-Londrina das 9 às 12 horas e das 14h às 17h nos dois dias.

Curso Prática Penal

Até 27 de junho, a OAB-Londrina, por meio das comissões de Advocacia Dativa e de Advocacia Criminal, realiza o curso Prática Penal, com aulas semanais presenciais (já iniciadas em 18 de abril), sempre na sede da Subseção (R. Parigot de Souza, 311), das 19 horas às 22 horas. O curso tem como ministrantes os advogados Alfeu Brassaroto Junior, Natália Karolensky, Talita Fidelis, Fabricio Almeida Carraro, André Salvador, Caroline Thon, José Carlos Mancini Junior, Rafael Junior Soares e José Flávio Ferrari Roehrig.



III Seminário de Direito Animal

Está marcada para 3 de junho, a partir das 19 horas, a realização do III Seminário de Direito Animal, com o tema “O animal não humano como sujeito de Direitos e as perspectivas de atualização do Código Civil”.

O evento é organizado pela Subseção, por meio da comissão de Defesa dos Direitos dos Animais e terá como palestrantes Vicente de Paula Ataíde Júnior, juiz da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Paraná; Carla Maria Sassi de Miranda, médica veterinária e coordenadora GRAD -Grupo de Resgate de Animais em Desastres; e Evelyne Danielle Paludo, advogada animalista, especialista em Direito Animal.

As inscrições estão abertas e devem ser feitas pela Sympla (<https://www.sympla.com.br/evento/iii-seminario-de-direito-animal/2344546>). Custam R\$ 40,00 a inteira e R\$ 20,00 meia entrada. A organização solicita que os participantes levem um quilo de alimento.

Sessão de compromisso entrega certificados a 70 novos advogados



No dia 12 de abril, 70 novos advogados receberam seus certificados das mãos da presidente da seccional, Marilena Winter, e do presidente da Subseção, Nelson Sahyun Junior. Os compromissandos receberam informações sobre o projeto 6º Ano, que corresponde ao primeiro ano de suas jornadas na advocacia e conheceram todos os benefícios que são entregues aos iniciantes para apoiá-los em sua carreira profissional.

Os trabalhos foram secretariados pela secretária-geral adjunta da Subseção, Caroline Thon. Fizeram uso da palavra o advogado Lucas Ricardo Stefanuto, em nome da Comissão dos Advogados Iniciantes

de Londrina, a advogada Edmeire Aoki Sugeta, representando a Caixa de Assistência dos Advogados, e, para a saudação oficial, a advogada Beatriz Karoline Moura de Oliveira, presidente da Comissão de Igualdade Racial e Minorias da OAB Londrina.

A solenidade contou ainda com as presenças da vice-presidente da OAB-Londrina, Sania Stefani; do conselheiro Federal Artur Humberto Piancastelli, conselheiros estaduais, e conselheiros da Subseção.

No dia anterior à sessão de compromisso, os novos advogados participaram do encontro, na sede histórica Lauro Fernando Zanetti, oportunidade em que puderam conhecer melhor o sistema OAB. O encontro contou com a participação dos diretores da Subseção Sania Stefani, vice-



presidente, que deu as boas-vindas aos novos advogados, anunciou o Baile do Rubi deste ano e fez uma explanação sobre os eventos realizados pela entidade; e de José Carlos Mancini, secretário-geral, que falou sobre o Plantão de Prerrogativas, os



procedimentos do TED e dos trabalhos da comissão de Fiscalização do Exercício Profissional.

Os jovens advogados também ouviram explicações de Marayse Coelho Marques, secretária do Núcleo Jovem; de Fábio William Maciel, vice-presidente da comissão de Advocacia Dativa; de Patrícia Siqueira, coordenadora da ESA-Londrina; e de Fabiano Nakamoto, delegado da CAAPR.

Subseção cria Diretoria da Jovem Advocacia

Desde que assumiu, um dos principais focos da atual gestão é a Jovem Advocacia. E para selar esse compromisso, a Subseção-Londrina criou o sétimo cargo: a Diretoria da Jovem Advocacia, que já tem como primeira ocupante a advogada Jaqueline Corazza.

O convite para que ela assumisse o desafio veio sustentado no longo caminho de trabalho voluntário dedicado à advocacia e que este ano completa 10 anos. “Comecei como membro do núcleo jovem; em 2015 fui convidada a compor a coordenação como tesoureira; em 2016 passei à secretária-geral adjunta; em 2017 à secretária-geral; em 2018 à vice coordenação e; em 2019 à coordenadora”, relata. Mas não para por aí. Posteriormente, em 2021, foi presidente da comissão de Direito Previdenciário e, em 2022, assumiu como conselheira da Subseção. Entre um e outro cargo, desempenhou a função de advogada dativa e advogada instrutora.

Com toda essa bagagem, Jaqueline tem muitos planos para os próximos meses. Uma das prioridades elencadas por ela está a realização de uma análise de diagnóstico do perfil da jovem advocacia, para saber, especialmente, onde atua. E, com isso, direcionar melhor as demandas em relação às comissões, ratificando o trabalho já realizado pelo Núcleo Jovem. “De modo geral, nosso objetivo é a valorização da advocacia e

entender melhor suas necessidades. Nossa intenção é direcionar e buscar benefícios e valorização para os advogados da Subseção de Londrina”, afirma.

O presidente da Subseção, Nelson Sahyun Junior, observa que foi através da vivência com a jovem advocacia, segmento bastante acolhido pela atual gestão, que foram criados projetos específicos para esses colegas, a exemplo do Programa 6º ano da Seccional e o projeto Oficinas, criado pelo Núcleo Jovem da Subseção.

Sahyun destaca que, apesar de tais avanços, a diretoria da OAB Londrina entendeu que precisava ir além e, assim, a exemplo da OAB-PR, criou a Diretoria da Jovem Advocacia. “A experiência institucional da Jaqueline Corazza certamente a qualifica para o cargo. Ela será representante da Jovem Advocacia dentro da diretoria”, esclarece.

A vice-presidente da entidade, Sania Stefani, também enaltece o papel da nova diretoria. “É importante um diretor que possa representá-los e trabalhar pautas específicas à exemplo do que é feito na Seccional”, destaca.



Jaqueline Corazza

Confira quem são os presidentes das comissões da OAB-Londrina

Seguindo uma saudável alternância – quando possível – na presidência das comissões da OAB-Londrina, este ano começou com novos voluntários assumindo a tarefa, sempre executada com os demais integrantes dos 41 grupos, especialmente, vice-presidentes e secretários.

A diretoria da OAB saúda os que chegam para coordenar os trabalhos e agradece, imensamente, a contribuição de cada um que passou pela função e que, na grande maioria das vezes, continua colaborando como integrante das comissões.

Relação 2024

Comissão da Advocacia Criminal – Jair Vicente da Silva Junior
Comissão da Advocacia Dativa – Tamires Luane Meli Queiroz
Comissão da Criança e Adolescente – Vanessa Zambaldi
Comissão das Mulheres Advogadas – Roberta Arbex Herden
Comissão de Advocacia Pública – Antonio Guilherme de Almeida Portugal
Comissão de Bioética e Biodireito – Rita de Cássia Resquetti Tarifa Espolador
Comissão de Compliance – Leonardo Cosme Formaio
Comissão de Convênios – Sílvia Aparecida de Arruda
Comissão de Ensino Jurídico – Renata Cristina de O. Alencar Silva
Comissão de Esportes e Bem-Estar do Advogado – Roberto Tatsuji Hara
Comissão de Estabelecimentos Prisionais – Adriano Pontes Venturini
Comissão de Defesa das Prerrogativas Profissionais – Alfeu Brassaroto Junior
Comissão de Defesa do Consumidor – Anderson de Azevedo
Comissão de Defesa dos Animais – Rafaela Teixeira da Costa
Comissão de Defesa dos Direitos Humanos – Pérola Amaral Tiosso
Comissão de Direito Agrário e Agronegócio – Juliana Torres Milani
Comissão de Direito Ambiental – Danilo Tragino da Silva
Comissão de Direito da Saúde – Armando Cláudio Garcia Junior
Comissão de Direitos da Pessoa Idosa – Talita Rocha
Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência – Milena Scheller Santos Seki
Comissão de Direito das Famílias – Juliana Ramos Fernandes Braga
Comissão de Direito do Entretenimento e Autoral – Víctor Dessunti Oliveira
Comissão de Direito do Trabalho – Paulo Henrique Gomes Perussi
Comissão de Direito Bancário – Juan Henrique Martins Obici
Comissão de Direito Constitucional – Renata de Souza Araujo
Comissão de Direito Digital – Fernando Murilo Lourenço Roque

Comissão de Direito Empresarial – Giovani Riboli Beirigo
Comissão de Fiscalização do Exercício Profissional – Taigoara Finardi Martins
Comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico – Drielly Caroline Coimbra de Quintal
Comissão de Direito Político e Eleitoral – Bruna de Farias Ferreira Leite
Comissão de Direito Previdenciário – Alex Sandro Brito dos Santos
Comissão de Direito Sistemico – Maria Cláudia de Araújo Coimbra
Comissão de Direito Tributário – Elvio Flávio de Freitas Leonardi
Comissão de Igualdade Racial e Minorias – Beatriz Caroline Moura
Comissão de Inteligência Artificial – Eduardo Lincoln Domingues
Comissão de Inovação e Gestão – Ronaldo de Almeida Barros
Comissão de Mediação e Arbitragem – Aracelli Mesquita Bandolin Bermejo
Comissão de Processo Civil – Fábio Nascimento Paleari
Comissão de Relações internacionais – Solange Gaya de Oliveira
Comissão de Responsabilidade Civil – Aline Whaldelm
Comissão de Processo Constitucional – Bruno Augusto Sampaio Fuga
Comissão do Terceiro Setor e do Pacto Global – Liane Aparecida Lima
Núcleo Jovem – Lucas Ricardo Stefanuto

Novas conselheiras

As advogadas Janaíne Ventura e Márcia Cristina Mileski Martins assumiram novo desafio na OAB-Londrina. Ambas tomaram posse como conselheiras da Subseção.

Janaíne ocupa a vaga deixada pela Ana Paula da Silva, a eterna Scarlet, que faleceu precocemente.

Ela assumiu com um discurso emocionante, no qual exaltou sua origem e destacou a representatividade no conselho do movimento negro, da mulher e da advogada negra.

“Estou ocupando esse espaço para todos os advogados negros e negras da nossa Subseção. Minha missão é ser uma representação de fato e de forma efetiva da advocacia negra de Londrina”, disse.

Márcia Mileski ocupa a vaga deixada por Talita Fidelis. “Foi uma grande honra

receber o convite pra integrar o quadro de Conselheiros da OAB Londrina. Depois de 18 meses como presidente da CMA Londrina, é desafiador assumir esse cargo, principalmente no último ano da gestão da atual diretoria. No entanto, sempre gostei de desafios e de colaborar com as pessoas ao meu redor, razão pela qual me prontifiquei de imediato quando recebi o convite do presidente Nelsinho”, comentou.



Janaíne Ventura



Márcia Mileski

Advogadas falam da participação em Conferência Nacional

A IV Conferência Nacional das Mulheres Advogadas, realizada em Curitiba dias 14 e 15 de março, trouxe temas importantes para toda a advocacia e as discussões ocorridas nos dois dias ainda ressoam e impactam a delegação de Londrina, que esteve presente.

O tema central da conferência foi Evolução e

Protagonismo e teve o objetivo de levantar as principais bandeiras do universo feminino frente aos desafios da advocacia.

Para facilitar a presença do maior número possível de representantes das advogadas mulheres de Londrina, a Subseção forneceu ônibus para o transporte. O intuito foi, justamente, fomentar

ainda mais a participação das mulheres advogadas em eventos com potencial de provocar mudanças, discussões e empoderamento das advogadas da Subseção Londrina.

Abaixo, algumas das participantes compartilham opinião sobre o evento.



Arbex Herden, presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB-Londrina.

“Estive no evento, representando Londrina como, na ocasião, presidente da CMA. Foi um evento ímpar, de muito aprendizado e evolução! Várias salas com painéis interessantes e atuais. Confesso que a palestra de Gestão de Escritório, painel 9, me encantou. De uma maneira leve e prática, as palestrantes Erika Siqueira, Adriana D. Ávila e Daniela Marques explicaram as novidades que existem no mercado e trouxeram novidades significativas para nós. A solenidade de abertura do evento foi belíssima e enriqueceu meu conhecimento na história das Mulheres Advogadas pelo Brasil. Parabéns OAB pelo maravilhoso evento.” - **Roberta**

“Gostei muito da Conferência, pois demonstrou a força feminina, liderança e inspiração para as demais advogadas. Contou com mais de 4.000 participantes de todo Brasil e terminou com a aprovação da Carta de Curitiba, onde se conclama a comunidade jurídica a adotar diretrizes no sentido de, dentre outras, tomar medidas para protocolos para julgamentos com perspectivas de gênero nos TED'S e demais órgãos de OAB; inserir lawfare de gênero como infração ético disciplinar; estimular e garantir a participação da mulher advogada no Sistema OAB; fomentar listas femininas ou, no mínimo, paritárias do Quinto



Constitucional; aplicar paridade de gênero à composição dos TED'S e diretrizes do ESA, e inclusive no âmbito do ESA Nacional, promover cursos e estudos, observando paridade de gênero e racial, dentre outros. Enfim, extremamente proveitoso os dias de estudo, interação entre o grupo, inclusive com os grupos de outras cidades e Estados, troca de experiências, sendo bastante enriquecedor, com um leque muito grande de palestras, painéis e oficinas, além do apoio da OAB-Londrina em fornecer o transporte, bem como o desconto na inscrição para os grupos. Todo o apoio foi fundamental. Obrigada à OAB-Londrina e a OAB-PR e de parabéns a CMA Londrina, Estadual e Nacional pela organizado do evento” - **Ellis Tomanaga Eguedis**, vice-presidente da CMA OAB-Londrina

“Curitiba foi a capital da Justiça, da Amorosidade, da Pacificação, por dois dias recebeu mulheres e homens de todo canto do Brasil para a IV Conferência Nacional da Mulher Advogada. Da

abertura magnífica, com discursos potentes a exemplo do proferido pela nossa presidente Marilena Winter, e do teatro da CAA, não foi esquecido o protagonismo da primeira mulher advogada, a negra Esperança Garcia e de tantas outras, entre palestrantes, painelistas e congressistas que elevaram o tom e apresentaram demandas, quer para advocacia, quer para a sociedade em geral. Sim, queremos “pão e paz”, não cabemos mais em rótulos ou cintos de castidades modernos, afinal “pagamos 50% dessa conta” e a paridade é sentar à mesa e dividir direitos, não só obrigações. Sim, nós somos, porque todas e todos são!!!” - **Maria Lucilda Santos**, Conselheira Estadual

“Para mim, além dos temas voltados à Advocacia e à Mulher Advogada, o ponto alto da Conferência foi a abertura com a encenação teatral promovida pela Caixa de Assistência do Paraná, a qual homenageou a história das pioneiras da advocacia: a sergipana Maria Rita Soares de Andrade (interpretada por Eunice

Martins e Scheer), a fluminense Myrthes Gomes de Campo (por Denise Losso), a paranaense Walkyria Naked (por Juliana Andrade) e a piauiense Esperança Garcia (por Lena Correia), considerada pela OAB como a primeira advogada brasileira. A médica paranaense Zilda Arns também foi citada nessa homenagem, representada pela menina Manuela Silva, abrindo a questão do cuidado com as crianças. Dentre várias homenagens, a fala da nossa presidente da OAB/PR, Marilena Winter, foi sensacional, pois ressaltou o orgulho de sediar a Conferência por ser Curitiba o palco da democracia em diversas ocasiões, além de enunciar as conquistas das Mulheres Advogadas nos últimos anos. Enfim, a palestra magna de abertura da Ministra do STJ, Daniela Teixeira, foi também mais um dos pontos altos da Conferência” - **Márcia Cristina Mileski Martins**, conselheira da Subseção



trouxeram temas de atual relevância. A meu ver, o painel Prerrogativas da Mulher Advogada e Enfrentamento ao Racismo foram extraordinários, pois foram debatidos assuntos polêmicos em meio a acaloradas falas. Vimos que o espaço da mulher advogada vem crescendo, que já somos muitas, mas há ainda muita luta por igualdade a ser conquistada. Ficou o desejo por mais, e já estou ansiosa aguardando a próxima conferência nacional.” - **Renata de Sousa Araujo**, advogada, presidente da Comissão de Direito Constitucional da OAB Londrina

“A IV Conferência nacional da Mulher Advogada foi a primeira que participei e foi uma oportunidade incrível de ouvir mulheres que inspiraram e que estão fazendo a diferença na OAB, na busca da efetiva igualdade de

gênero. Precisamos, juntas, lutar para que a tão sonhada igualdade e paridade de gênero seja realidade, precisamos fazer política, nos aproximar da nossa Ordem, buscar e lutar por nossos direitos, ter um lugar de fala respeitado, sendo que para isso precisamos nos unir, andar juntas, incentivar e encorajar umas às outras, só assim caminharemos para a tão sonhada igualdade de gênero. Precisamos ser feministas no sentido de buscar, de agir pela igualdade de condições, de oportunidades, que ainda não existem, e esse movimento não é uma luta de homens contra mulheres, como muitas vezes a sociedade patriarcal quer colocar” - **Elizângela Sócio Ribeiro**, conselheira da Subseção

Lançamento de livro

Durante a conferência, a conselheira da Subseção, Márcia Cristina Mileski Martins lançou o livro "Do Acesso à Justiça nos Conflitos envolvendo a Multiparentalidade - A Mediação como Meio Consensual das Controvérsias". O lançamento foi pela Editora Thoth e é fruto da dissertação do Mestrado em Direito Negocial, pela UEL, da advogada.

Segundo a autora, o livro tem como objetivo estudar a mediação

como meio consensual de solução dos conflitos envolvendo as causas familiares nos casos de Multiparentalidade (existência de mais de um pai ou mãe: padrasto, madrasta, pai e mãe afetivos), como forma de buscar uma resolução mais célere e sem a intervenção do Poder Judiciário. “Trata-se de desjudicializar a forma de solucionar os conflitos envolvendo a Multiparentalidade”, comenta Márcia.



Evento na ExpoLondrina aproxima advocacia do produtor rural



que vivenciam os problemas em polos distintos”, salientou.

Outro ponto bastante comemorado pela comissão organizadora

Agronegócio Portal Direito Rural; e Odair Machado, especialista em seguros e agronegócio.

Foram discutidos temas relevantes, segundo destaca Juliana Milani. Ela lembra que a legislação mudou recentemente e é necessário discutir o assunto. “Ainda, sem o CAR o produtor enfrenta uma série de dificuldades, como impossibilidade de adesão ao programa de regularização ambiental, dificuldade na obtenção de financiamento rural público, dificuldade de aderir a programas governamentais previstos no Plano Safra, etc”, lembra.

Outro ponto bastante sensível observado pela advogada é em relação à porcentagem dos Cadastros Ambientais Rurais analisados até hoje. “Apenas 4% dos CARs do Brasil foram analisados pelos órgãos competentes, o que emperra o agro nacional. A OAB se fez presente, através da Comissão de Direito Agrário e do Agronegócio em evento tão significativo como a ExpoLondrina, desempenhando sua missão em prol da sociedade”, analisa.

Por mais um ano, a comissão de Direito Agrário e do Agronegócio da OAB-Londrina participou da agenda técnica da ExpoLondrina, com o evento “O Seguro Rural e a Regularização do Cadastro Ambiental Rural (CAR)”, no dia 11 de abril. A abertura foi feita pelo presidente da Subseção, Nelson Sahyun Junior, pela presidente da comissão, Juliana Torres Milani, e pelo presidente da Sociedade Rural do Paraná, Marcelo El Kadre.

Juliana comemora o resultado do encontro, que contabilizou 180 inscrições. “Inauguramos um novo modelo de evento na ExpoLondrina, no qual discutimos temas relevantes e atuais para o produtor rural, como os deste ano “Seguro Rural e a Regularização do Cadastro Ambiental Rural (CAR)”, com palestrantes com visões diferentes,

foi o fato de reunir, no mesmo espaço, não só advogados, mas também produtores rurais, engenheiros agrônomos e outros atores desse importante player, que é o agronegócio nacional. “Conseguimos falar numa linguagem acessível, sem juridiquês”, comentou.

Os palestrantes foram: Charles Santos, engenheiro agrônomo e engenheiro ambiental, diretor comercial e responsável técnico da CS Consultoria Ambiental; Ayrton Torricillas Machado, analista do Cadastro Ambiental Rural do Instituto Água e Terra (Simepar/IAT); Tobias Marini de Salles Luz, advogado e criador do site Informações Jurídicas do



Clube do Livro – Páginas Humanitárias, novo projeto da Comissão de Direitos Humanos

Para quem gosta de ler e acredita que a literatura é uma fonte inesgotável de conhecimento, a comissão de Direitos Humanos da OAB-Londrina tem um convite especial: participe do **Clube do Livro – Páginas Humanitárias**, novo projeto recém-iniciado pelo grupo.

As atividades já tiveram início com a discussão do livro *O Avesso da Pele*, do escritor Jeferson Tenório. E vão prosseguir com encontros presenciais a cada 45 dias. A presidente da comissão, Pérola Amaral Tiosso, informa que também será estudada a possibilidade de participação online para os que não puderem estar presentes às discussões.

Os livros da vez serão escolhidos em comum acordo entre os participantes, que poderão indicar opções de obras literárias que tenham relação com

os direitos humanos. “Depois, iremos colocar no papel todas as opções propostas pelos participantes da reunião, para que, em reunião da comissão, possamos escolher qual mais se adequa ao tema e ao tempo de leitura (iremos evitar que sejam livros muito longos, em virtude do tempo de leitura - 45 dias)”, explica Pérola.

A criação do projeto, diz ela, se deu primeiramente, porque os membros da comissão acreditam que a literatura liberta e ensina e são adeptos da necessidade de uma conexão interdisciplinar do direito com outras áreas do conhecimento e da arte.

“Trata-se da necessidade de sair do engessamento do direito, muitas vezes fechado ao seu campo estritamente técnico, e (re) ingressar em outros contextos. E essa é uma das funções da

literatura: permitir que o leitor saia da sua zona de conforto, que quebre sua bolha de conhecimento e possa adentrar realidades totalmente diversas das que antes conhecia. É o resultado que a literatura possibilita: a empatia. Portanto, acreditamos que a assimilação de obras literárias (e o compromisso com a sua leitura) com a temática dos direitos humanos, no mínimo, será enriquecedor”, sublinha

A comissão informa que as reuniões de discussão são abertas a todo o público, e não somente a advogados. As obras a serem discutidas serão divulgadas, com antecedência, nas mídias da OAB-Londrina e também podem ser consultadas com os membros da comissão.

Um clube do livro que traz o objetivo da interdisciplinaridade no direito, sobretudo no âmbito dos direitos humanos e a literatura.



Conselheiro participa de discussão sobre Código Eleitoral, em Brasília

O conselheiro Rafael Moraes representou a OAB-Londrina em reunião realizada na sede do Conselho Federal da entidade, em Brasília, no dia 26 de março, para audiência pública sobre o Código Eleitoral.

Estiveram reunidos advogados especialistas em Direito Eleitoral, Direito Penal e Direito das Mulheres, ex-ministros do TSE, deputados federais e senadores, entre eles, o senador Marcelo Castro, responsável pelo projeto do Novo Código Eleitoral.

Segundo o conselheiro, as discussões foram de suma importância para o avanço do processo eleitoral, principalmente no que condiz à participação da mulher nas eleições, a utilização dos fundos de financiamento, as tratativas sobre cotas partidárias, tanto para a mulher quanto para o negro, e principalmente sobre meios de assegurar a segurança jurídica nas

decisões do Tribunal Superior Eleitoral e as aplicações nas eleições. “Vale lembrar que o código eleitoral vigente é de 1965 e várias alterações aconteceram durante esse período, sendo a discussão e aprovação do novo código de extrema importância para o processo democrático”, destacou.



“

O código eleitoral vigente é de 1965 e várias alterações aconteceram durante esse período. A discussão e aprovação do novo código são de extrema importância para o processo democrático.

”

Subseção entrega Salas de Advogados na PEL II e Casa de Custódia



A Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Londrina (OAB-Londrina) concretizou uma conquista significativa para a comunidade jurídica local. Duas salas de advogados foram oficialmente entregues pela Subseção e Depen - Regional Londrina, no último dia 3 de abril, visando melhorar substancialmente as condições de trabalho dos profissionais em atendimento a seus clientes detentos ou custodiados.

As novas salas, mobiliadas e

equipadas com computador, impressora, internet e o conforto de aparelhos de ar-condicionado, ficam na PEL II e na Casa de Custódia de Londrina. A entrega foi acompanhada pelo presidente da Subseção, Nelson Sahyun Junior; pelo diretor secretário-geral, José Carlos Mancini Junior; pelo presidente da comissão de Defesa das Prerrogativas Profissionais, Alfeu Bassarotto Junior; pelo presidente da comissão de Estabelecimentos Prisionais, Adriano Pontes Venturini; e pelo

procurador de Prerrogativas, Luis Guilherme Cassarotti.

A diretoria destaca a importância do uso da mão de obra na construção de ambos os espaços ter sido de reeducandos que, atualmente, permanecem custodiados nas citadas unidades prisionais, o que de fato contribui à efetivação dos princípios e diretrizes da Lei de Execuções Penais e que promove maior dignidade ao exercício profissional da advocacia.

Na PEL II, os diretores foram recebidos pelo diretor da unidade, Michel Hildebrand; pelo vice-diretor, Gustavo Tacca; e pelo coordenador da Regional Londrina, Élcio Martins Basdão.

Na Casa de Custódia, onde estão cerca de 650 custodiados, os diretores foram recepcionados pelo diretor Ederval Everson Batista. Também o coordenador da Regional Londrina, Élcio Martins Basdão, acompanhou a visita.

Sahyun Junior agradeceu aos gestores pela cessão dos espaços nas duas unidades; reforçou o

incansável trabalho da OAB para proporcionar mais dignidade ao trabalho dos advogados e advogadas e também explanou sobre o papel da Subseção, que funciona com todos os seus diretores voluntários.

O secretário-geral, Mancini Junior, enalteceu os avanços que vêm sendo conquistados, nos últimos anos, no sistema prisional de Londrina. “Lembro-me de uma de nossas primeiras lutas, que foi acabar com a manutenção de presos em delegacias. Hoje, podemos dizer que estamos numa vertente positiva e vamos continuar evoluindo”, disse ele, destacando ainda a nova realidade dos presos que já cumprem suas sentenças, que têm oportunidade de estudar e de trabalhar.

Durante a visita, o diretor da PEL II, Michel Hildebrand, informou que a unidade está com 1.150 presos, sendo que a grande maioria deles estuda ou trabalha.

Hildebrand também acenou com mais uma boa notícia para a advocacia. Ele anunciou que a diretoria da unidade está avaliando a reforma do Parlatório, dando mais privacidade aos atendimentos.



Corrida Legal abre mais uma opção de horário

O projeto Corrida Legal abriu mais uma opção de horário para facilitar a vida dos advogados e advogadas que queiram treinar caminhada e corrida.

A partir de agora, estão sendo oferecidos treinos às 6 horas da manhã, às terças e quintas-feiras. Os demais horários continuam normalmente: às 7 horas, às segundas e quartas-feiras; 19 horas, às terças e quintas-feiras; e às 7 horas aos sábados.

Os treinos são na R80, na Rua Heinz Persuhn, 213, Palhano 1.

A advogada Silvia Aparecida de Arruda, coordenadora do Projeto Corrida Legal de Londrina, explica que o novo horário foi uma demanda da classe, que tem horários bastante apertados no decorrer do dia e nem sempre consegue terminar sua jornada a tempo da prática noturna.

“Já faz tempo que tínhamos pedidos de um horário mais cedo para atender à demanda daqueles advogados empregados que têm horário de entrada às 8h da manhã e daqueles que preferem chegar mais cedo no escritório, já que no horário das 7 horas o

treino sempre termina depois das 8h20”, comenta Silvia.

Segundo ela, já era hora de ampliar as turmas, uma vez que o projeto está com excelente fluxo em todos os demais horários.

“Fato importante também é que estamos abrindo, em todas as turmas, orientações específicas para os caminhantes, então o projeto atenderá corrida e caminhada”, reforça ela.

O Corrida Legal integra o Projeto Mais Saúde, promovido pela Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná (CAAPR) para valorizar e difundir a prática esportiva, além de promover a saúde.

O objetivo é proporcionar o desenvolvimento do condicionamento físico, a melhora da disposição e da autoestima e a redução do estresse, entre outros benefícios. A ideia não é formar equipe de competição, mas proporcionar mais qualidade de vida e benefícios à saúde para os advogados e seus dependentes. Todos estão convidados a conhecê-lo e participar.

O projeto atende todos os advogados e dependentes estatutários a partir de 16 anos.



1

JAPs estão chegando

A advocacia paranaense já está se preparando para mais uma edição dos Jogos da Advocacia do Paraná (JAPs), que começa em 30 de maio, prosseguindo por três dias.

Serão sete modalidades: Corrida Legal, dia 30, pela manhã, ao redor do Lago Igapó e Aterro; Beach Tennis Misto, nas quadras do Recanto Dá Licença; Futebol Suiço Masculino, na Associação dos

Funcionários do Iapar, Vôlei Feminino e Futsal Feminino, na UEL; Xadrez, na sede da OAB-Londrina e campeonato de Truco, com inscrições no local.

E não se esqueçam: no primeiro dia dos jogos, 30 de maio, está agendado um jantar de confraternização, que será no Pavilhão Internacional do Parque de Exposições Ney Braga, sede da Sociedade Rural do Paraná.

2

Campanha aplica mais de 1700 doses de vacina contra gripe em Londrina

Em apenas dois dias, a campanha de vacinação contra a gripe da CAAPR atingiu exatos 1784 advogados e advogadas e seus dependentes estatutários, em Londrina.

Com o propósito de proporcionar saúde e facilidades à classe, a CAAPR manteve os mesmos valores do ano passado: R\$ 30,00 para advogados regularmente inscritos na OAB Paraná e R\$ 60,00 para dependentes estatutários devidamente cadastrados.

“Foi uma oportunidade de os advogados cuidarem da saúde e também reverem os colegas”, comentou o delegado da CAAPR em Londrina, Fabiano Nakamoto. Ele observou que o advogado se preocupa muito com a sua família, pois a presença de cônjuges e crianças na sede da Subseção de Londrina foi bem significativa.

“Gostaria de registrar o agradecimento especial à Diretoria da CAAPR que promove anualmente esta importante iniciativa, e à Diretoria da OAB/Londrina, que é parceira incondicional, oferecendo a estrutura necessária para o desenvolvimento dos trabalhos”, enalteceu.

As doses do imunizante tetravalente aplicadas são eficazes contra as duas cepas do vírus da influenza A (H1N1 e H3N2) e as duas cepas do vírus da influenza B.



Estratégias para Enfrentar a Ansiedade Profissional no Meio Jurídico

Em um universo onde prazos e desafios complexos são constantes, a ansiedade pode se tornar presença marcante no cotidiano dos profissionais do meio jurídico. Nesta coluna, compartilho estratégias práticas que, como psicóloga, acredito serem fundamentais para ajudar esses profissionais a gerenciar a ansiedade e preservar sua saúde mental.



A ansiedade muitas vezes surge da sensação de sobrecarga. Organizar tarefas, criar planos realistas e dividir grandes projetos em etapas menores ajudam a estabelecer prioridades, trazendo uma sensação de controle e reduzindo a ansiedade associada.

Outra estratégia é definir limites saudáveis entre o trabalho e a vida pessoal. Ao estabelecer horários específicos para as atividades profissionais e reservar tempo para o descanso e lazer, o indivíduo se

protege do esgotamento e mantém uma perspectiva equilibrada.

Investir tempo em autocuidado é fundamental para o manejo da ansiedade. Atividades como exercícios físicos, leitura, meditação ou envolvimento em hobbies pessoais não apenas proporcionam relaxamento, mas também fortalecem a resiliência emocional.

A prática de mindfulness, técnica que enfatiza a atenção plena no momento presente, pode ser uma ferramenta valiosa. Breves pausas para respirar conscientemente ou momentos de contemplação podem oferecer preciosos intervalos de tranquilidade no agitado ambiente de trabalho.

Quando a ansiedade persiste, é fundamental buscar apoio profissional. A psicoterapia oferece um espaço seguro para explorar emoções, desenvolver estratégias de enfrentamento e promover um entendimento mais profundo das fontes de ansiedade. Estejamos atentos a nossa saúde mental!

Annila Cruz
CRP nº 08/32.628

Do Desagravo Público um ato de classe em prol de toda a sociedade.

Na esfera legislativa, mais precisamente no artigo 44, inciso II, do Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/94), consta como finalidade da Ordem dos Advogados do Brasil “promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.”

No que interessa ao presente artigo, com relação à promoção da defesa de seus membros enquanto no exercício da profissão, encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XVII e §5º, da Lei 8.906/94, o desagravo público.

Referido ato trata-se de procedimento regido pelos artigos 18 e 19 do Regulamento Geral da OAB, sendo, portanto, peculiar, formal e aplicável quando o advogado é alvo de ofensa contra si dirigida por razões que possuem ligação com o exercício profissional praticado de forma legal e ética.

O escopo de tal ato deve ser analisado sobre dois vieses: primeiro, para o fim de recompor o status moral do ofendido e resgatar a sua dignidade profissional. De outro lado, tem como objetivo também soltar brados de solidariedade da classe para com o ofendido de modo a demonstrar que não se trata unicamente de uma defesa pública e pessoal, mas sim de toda a classe voltada contra a ofensa perpetrada em desfavor de um de seus membros.

Além disso, ante a relevância constitucional do exercício profissional

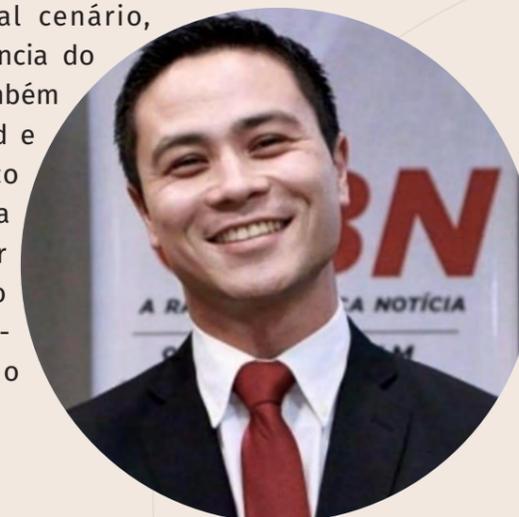
(art. 133 da CF/88), verifica-se que também é finalidade do ato, demonstrar que estão em plena vigência as prerrogativas profissionais do advogado, que não se tratam, como querem alguns fazer crer, de privilégios atribuídos à classe advocatícia, mas sim de instrumentos imprescindíveis para garantir o exercício de defesa de direitos e garantias, individuais ou coletivos, de maneira plena.

Por tais razões, sendo um direito da sociedade, é irrenunciável e não depende da concordância do advogado ofendido, podendo ser realizado a critério do Conselho, conforme previsto no artigo 18, §7º, do Regulamento geral da OAB.

Ainda é importante ressaltar que constitui pré-requisito para sua realização que existam provas, documentais ou testemunhais que a ofensa dirigida ao membro da classe tenha se dado em razão do exercício profissional ou de cargo ou função que exerça na Ordem dos Advogados do Brasil.

Diante de tal cenário, verificada a relevância do ato conclui-se também que o ato de desagravo público privilegia toda a sociedade e, por assim ser, não podemos considerá-lo como um ato corporativo.

Fellipe Stabelini Anabuki



PREPARE-SE PARA
O MOMENTO MAIS
PRECIOSO DO ANO.

BAILE DO
RUBI SAVE THE DATE
2024 23 de agosto

Para a realização do tradicional Baile do Rubi, a OAB conta com a participação da iniciativa privada, que apoia e viabiliza o investimento através de cotas de patrocínio.

A cada ano, os organizadores abrem espaço para que marcas apoiadoras possam explorar de maneira inovadora e criativa a relação com o público da festa.

Ações interativas, espaços cenográficos instagramáveis, distribuição de brindes, exibição de marcas na comunicação do evento e durante a festa, são só algumas das formas de participação no Baile do Rubi.

Fale com a nossa equipe organizadora e coloque a sua empresa em destaque nesse evento!

